

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Termo de Referência 77/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
77/2026	986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP	PAULO FELIPE MANTOVANI FALAVIGNA	29/04/2026 10:20 (v 0.25)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		3231/2026

1. Condições gerais da contratação

A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de monitores de vídeo com tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas), tecnologia LED ou equivalente, resolução mínima Full HD (1920 x 1080), destinados à utilização nas estações de trabalho da Administração Municipal, por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas aplicáveis às contratações públicas de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Os quantitativos definidos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, não constituindo obrigação de contratação da totalidade registrada, tendo em vista a natureza do Sistema de Registro de Preços, sendo as aquisições realizadas conforme a necessidade da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Considerando tratar-se de objeto divisível, será estabelecida cota reservada para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as limitações de ordem orçamentária e a viabilidade da contratação.

Os equipamentos a serem fornecidos deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, **desde que comprovadamente compatíveis com as exigências estabelecidas e sem prejuízo ao desempenho e à padronização do ambiente tecnológico da Administração.**

1.1 Quantitativo estimado

Item	Descrição	Quantidade
1	Monitor de vídeo LED/LCD, tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas) , resolução Full HD ou superior, interfaces compatíveis com microcomputadores corporativos, com cabos e acessórios necessários para funcionamento. Cota principal – ampla concorrência.	1.690 unidades

- Monitor de vídeo LED/LCD, tamanho **mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas)**,
2 resolução Full HD ou superior, interfaces compatíveis com microcomputadores corporativos, 90 unidades com cabos e acessórios necessários para funcionamento. Cota reservada para ME/EPP (25%).

Quantidade total estimada: **1.780 monitores**.

A definição do quantitativo destinado à cota reservada considerou a viabilidade econômico-financeira da contratação, de modo a assegurar a participação de ME/EPP sem comprometer a execução do objeto, razão pela qual não corresponde ao percentual máximo de 25% previsto na legislação.

A divisão entre cota principal e cota reservada observa o disposto na legislação vigente, visando promover o desenvolvimento econômico e ampliar a competitividade, sem prejuízo da eficiência da contratação.

As especificações técnicas detalhadas dos equipamentos encontram-se descritas no Anexo I – Especificações Técnicas dos Monitores, parte integrante e indissociável deste Termo de Referência.

2. Descrição da solução

A solução a ser contratada consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de monitores de vídeo com tamanho de tela mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas), novos, de primeiro uso e em linha de produção do fabricante, destinados à utilização nas estações de trabalho das diversas unidades administrativas da Administração Municipal.

A contratação tem como objetivo complementar a infraestrutura de Tecnologia da Informação, permitindo a adequada utilização dos microcomputadores e notebooks atualmente utilizados pelos servidores, especialmente aqueles recentemente adquiridos no processo de modernização e padronização do parque computacional da Administração.

Os monitores deverão possuir características técnicas adequadas ao ambiente corporativo, garantindo qualidade de imagem, compatibilidade com os equipamentos utilizados pela Administração e condições apropriadas para a utilização dos sistemas institucionais e demais aplicações necessárias ao desempenho das atividades administrativas.

Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, **desde que comprovadamente compatíveis com as exigências estabelecidas e sem prejuízo ao desempenho e à padronização do ambiente tecnológico da Administração.**

A solução contempla o fornecimento dos equipamentos, cabos e acessórios necessários ao pleno funcionamento, bem como garantia do fabricante, observadas as condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, acompanhados de todos os manuais e acessórios necessários ao pleno funcionamento.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilitando à Administração realizar aquisições conforme a necessidade das unidades administrativas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza da demanda, que não pode ser previamente definida com exatidão, permitindo aquisições parceladas conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando a formação de estoques desnecessários.

As especificações técnicas detalhadas, requisitos de qualidade, prazos de entrega, garantia e demais condições de fornecimento encontram-se descritos nos itens subsequentes deste Termo de Referência e no Anexo I – Especificações Técnicas dos Monitores, parte integrante e indissociável deste documento.

A contratação também contribui para a padronização dos equipamentos utilizados nas unidades administrativas, facilitando a manutenção, suporte técnico e gestão do parque tecnológico do Município.

A solução adotada observa os princípios da eficiência, economicidade e padronização, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela área demandante, o qual analisou a necessidade da Administração Municipal quanto à complementação da infraestrutura de Tecnologia da Informação utilizada nas estações de trabalho dos servidores.

Conforme demonstrado no referido estudo, a Administração realizou recentemente a aquisição de microcomputadores e notebooks no contexto de modernização e padronização do parque computacional. Verificou-se, contudo, que parte desses equipamentos não foi acompanhada de monitores de vídeo, tornando necessária a contratação específica desses dispositivos para a adequada composição das estações de trabalho.

O Estudo Técnico Preliminar avaliou as alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, concluindo que a aquisição de monitores de vídeo novos, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento da demanda, em razão da possibilidade de aquisições parceladas conforme a necessidade da Administração.

A solução definida contempla a aquisição de equipamentos com especificações técnicas padronizadas, incluindo tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas), conforme definido no ETP, assegurando compatibilidade com o ambiente tecnológico existente e uniformidade do parque computacional.

A contratação está alinhada às diretrizes de modernização da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Administração Municipal, contribuindo para a padronização dos equipamentos, melhoria das condições ergonômicas de trabalho dos servidores e aumento da eficiência na execução das atividades administrativas.

Adicionalmente, a solução proposta atende aos requisitos de desempenho, qualidade e compatibilidade com o ambiente tecnológico existente, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

A presente contratação encontra-se em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e padronização previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando as análises técnicas e econômicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, resta devidamente justificada a realização da presente contratação, nos termos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

O Estudo Técnico Preliminar integra o processo administrativo como documento essencial de planejamento, servindo de base para a definição do objeto, quantitativos e demais condições da contratação.

4. Requisitos da contratação

Para atendimento das necessidades da Administração, os equipamentos a serem fornecidos deverão atender aos seguintes requisitos:

4.1 Os monitores deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos equipamentos reconicionados, remanufaturados, usados ou de demonstração, devendo estar em linha de produção do fabricante, não sendo aceitos equipamentos descontinuados.

4.2 Os equipamentos deverão possuir características técnicas compatíveis com o ambiente corporativo, assegurando desempenho adequado, qualidade de imagem e condições ergonômicas apropriadas para utilização nas estações de trabalho da Administração Municipal.

4.3 Os monitores deverão possuir tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas), conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo padronização e adequada visualização das informações.

4.4 Os monitores deverão ser fornecidos com todos os cabos, acessórios e componentes necessários ao seu pleno funcionamento, incluindo cabos de alimentação e cabos de conexão compatíveis com os microcomputadores e notebooks utilizados pela Administração.

4.5 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, conforme especificado neste Termo de Referência e em seus anexos, contada a partir da data de recebimento definitivo.

4.6 Durante o período de garantia, o fornecedor deverá assegurar suporte técnico e substituição de equipamentos que apresentem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus adicional para a Administração, no prazo máximo a ser definido neste Termo de Referência ou em instrumento contratual.

4.7 Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, lacradas e íntegras, de forma a garantir a proteção dos produtos durante o transporte e armazenamento.

4.8 Os monitores deverão possuir plena compatibilidade com os microcomputadores e notebooks utilizados pela Administração, possibilitando a adequada utilização dos sistemas institucionais e demais aplicações necessárias ao desempenho das atividades administrativas.

4.9 Os equipamentos fornecidos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, bem como aos padrões de qualidade e segurança exigidos para equipamentos de Tecnologia da Informação, em conformidade com a regulamentação vigente no país.

4.10 Os equipamentos deverão observar padrões de padronização tecnológica adotados pela Administração, de forma a garantir uniformidade do parque computacional e facilitar as atividades de suporte técnico e manutenção.

4.11 As especificações técnicas detalhadas dos equipamentos encontram-se descritas no Anexo I – Especificações Técnicas dos Monitores, parte integrante e indissociável deste Termo de Referência, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam integralmente aos requisitos estabelecidos, sem prejuízo ao desempenho e à padronização do ambiente tecnológico da Administração.

4.12 Os equipamentos estarão sujeitos à verificação de conformidade no momento do recebimento, podendo ser recusados caso não atendam às especificações estabelecidas neste Termo de Referência **e no Anexo I – Especificações Técnicas dos Monitores.**

A verificação de conformidade poderá incluir inspeção visual, conferência de características técnicas e testes de funcionamento, visando assegurar o pleno atendimento aos requisitos estabelecidos.

5. Papéis e responsabilidades

Para a adequada execução da contratação, ficam estabelecidos os seguintes papéis e responsabilidades:

5.1 Administração

Compete à Administração:

- I – emitir as ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes para aquisição dos equipamentos registrados na Ata de Registro de Preços;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução da contratação por meio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos da legislação aplicável;
- III – verificar a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- IV – realizar o recebimento provisório e definitivo dos equipamentos fornecidos, conforme critérios estabelecidos;
- V – comunicar formalmente ao fornecedor eventuais irregularidades ou inconformidades verificadas no fornecimento;
- VI – efetuar o pagamento ao fornecedor, conforme as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual, quando aplicável;
- VII – designar formalmente o fiscal da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Fiscal da Contratação

Compete ao fiscal designado pela Administração:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos equipamentos;
- II – verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- III – registrar formalmente eventuais ocorrências ou inconformidades relacionadas ao fornecimento;
- IV – solicitar providências ao fornecedor quando constatadas irregularidades ou descumprimento das condições estabelecidas;
- V – atestar as notas fiscais para fins de pagamento, após a verificação da conformidade do objeto entregue;
- VI – subsidiar a Administração com informações necessárias à aplicação de eventuais sanções contratuais;
- VII – verificar se os equipamentos entregues atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas, **inclusive quanto aos requisitos de padronização e dimensões mínimas exigidas.**

5.3 Fornecedor

Compete ao fornecedor:

- I – fornecer os equipamentos conforme as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;

- II – cumprir os prazos de entrega definidos pela Administração;
- III – fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e em conformidade com as exigências estabelecidas;
- IV – garantir a qualidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição de equipamentos que apresentem defeitos ou estejam em desacordo com as especificações;
- V – prestar suporte técnico durante o período de garantia, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- VI – encaminhar as notas fiscais eletrônicas ao endereço institucional indicado pela Administração, para fins de conferência e atesto;
- VII – atender prontamente às solicitações da Administração, prestando os esclarecimentos e informações necessários ao acompanhamento da execução contratual;
- VIII – responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, embalagem, seguros e demais encargos necessários à entrega do objeto;
- IX – assegurar que os equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas, **inclusive quanto ao tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas) e demais requisitos definidos**, sob pena de recusa no recebimento.

6. Modelo de execução do contrato

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021.

O objeto será fornecido de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, sendo as aquisições realizadas de acordo com a demanda das unidades administrativas.

A contratação será formalizada por meio da Ata de Registro de Preços e, quando necessário, por instrumento contratual específico ou nota de empenho, conforme previsto na legislação aplicável.

O fornecimento dos equipamentos deverá ocorrer em conformidade com as condições, prazos e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando o atendimento integral das exigências técnicas, incluindo tamanho mínimo de 23,8 polegadas (ou 24 polegadas) e demais requisitos definidos no Anexo I.

O modelo adotado visa proporcionar maior eficiência na gestão das aquisições, permitindo flexibilidade na contratação, melhor planejamento dos recursos públicos e atendimento tempestivo das demandas da Administração Municipal.

A contratação observará os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e padronização, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

A execução do objeto ocorrerá conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços, observadas as necessidades da Administração Municipal durante o período de vigência da contratação.

As aquisições decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, emitido pela Administração conforme a demanda das unidades administrativas.

O modelo de Ordem de Fornecimento encontra-se apresentado no Anexo II – Modelo de Ordem de Fornecimento, integrante deste Termo de Referência.

6.1 Forma de execução

O fornecimento dos monitores será realizado de forma parcelada, conforme a demanda das unidades administrativas da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, contendo os quantitativos solicitados e o respectivo local de entrega.

Os equipamentos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2 Fornecimento inicial

Para atendimento das necessidades imediatas da Administração, será emitida ordem de fornecimento inicial para aquisição de 600 (seiscentas) unidades de monitores, **após a formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente.**

Do total inicial, **510 (quinhentas e dez) unidades** correspondem à cota principal e **90 (noventa)** unidades correspondem à cota reservada, destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

As **90 (noventa) unidades** relativas à cota reservada serão integralmente solicitadas já na ordem de fornecimento inicial.

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados da documentação técnica, manuais e termos de garantia, conforme especificações deste Termo de Referência.

As demais aquisições poderão ocorrer de forma parcelada, mediante emissão de novas ordens de fornecimento, conforme as necessidades da Administração, respeitados os quantitativos máximos previstos neste Termo de Referência.

6.3 Prazo de entrega

O prazo para entrega dos equipamentos será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente pelo fornecedor.

Em caso de atraso injustificado, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente e neste Termo de Referência.

6.4 Local e horário de entrega

Os equipamentos deverão ser entregues no seguinte endereço da Administração Municipal:

Rua José Frazato, nº 580, Jardim Dona Luiza, no Município de Jaguariúna – SP - CEP: 13912-690.

O recebimento das entregas ocorrerá de segunda a sexta-feira, nos seguintes horários:

das 08h00 às 12h00;

das 13h00 às 16h00;

exceto em feriados ou pontos facultativos da Administração Municipal.

A entrega deverá ser realizada mediante agendamento prévio com o setor responsável, a fim de possibilitar a adequada conferência dos equipamentos no momento do recebimento.

6.5 Condições de entrega

Os equipamentos deverão ser entregues:

- I – devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, lacradas e íntegras;
- II – acompanhados da respectiva nota fiscal;
- III – com todos os cabos, acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos;
- IV – em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6 Recebimento do objeto

O recebimento dos equipamentos será realizado em duas etapas:

- I – Recebimento provisório, no momento da entrega;
- II – Recebimento definitivo, após verificação do atendimento às especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O recebimento definitivo somente ocorrerá após a confirmação de que os equipamentos atendem integralmente às exigências técnicas.

Constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidade com as especificações, o fornecedor deverá providenciar a substituição dos equipamentos, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6.7 Faturamento e envio de nota fiscal

As notas fiscais deverão ser emitidas após a efetiva entrega dos equipamentos e encaminhadas à Administração para conferência e atesto.

O Departamento de Tecnologia da Informação será responsável pela conferência técnica inicial do objeto.

Somente após o atesto da nota fiscal pelo fiscal da contratação o documento será encaminhado para os procedimentos administrativos necessários ao processamento do pagamento.

As notas fiscais deverão conter, obrigatoriamente:

- I – o número da Ordem de Fornecimento;
- II – a identificação do processo administrativo;
- III – o número da Ata de Registro de Preços.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal da contratação, desde que verificada a conformidade do objeto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Eventuais erros ou inconsistências na nota fiscal implicarão na suspensão do prazo de pagamento até a devida regularização pelo fornecedor.

6.8 Garantia de execução contratual

Não será exigida garantia de execução contratual para a presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, a ser executado de forma parcelada por meio do Sistema de Registro de Preços.

A Administração adotará mecanismos suficientes para mitigação de riscos, tais como recebimento provisório e definitivo dos equipamentos, fiscalização contratual, aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento, bem como exigência de garantia do fabricante, conforme especificado neste Termo de Referência.

Ademais, conforme análise constante do Mapa de Riscos da contratação, os riscos identificados são considerados controláveis e mitigáveis mediante as medidas previstas, não se mostrando necessária a exigência de garantia de execução contratual.

7. Modelo de gestão do contrato

A gestão da contratação decorrente deste Termo de Referência será realizada no âmbito da Ata de Registro de Preços (ARP), cabendo à Administração acompanhar, controlar e fiscalizar o fornecimento dos equipamentos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as atribuições definidas neste Termo de Referência.

A gestão observará os princípios da eficiência, economicidade, transparência e controle, assegurando o adequado acompanhamento da execução da contratação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

A Administração deverá designar formalmente gestor e fiscal da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

7.1 Estrutura de gestão

Agente	Atribuições
Gestor da ARP	Gerenciar a Ata de Registro de Preços, controlar os saldos registrados, autorizar a emissão das ordens de fornecimento e adotar providências para o fiel cumprimento das condições pactuadas
Fiscal da ARP	Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos equipamentos, verificar a conformidade com este Termo de Referência e seus anexos, bem como registrar ocorrências relacionadas à execução
Fiscal técnico (quando aplicável)	Apoiar na verificação do atendimento às especificações técnicas dos equipamentos, incluindo requisitos de desempenho, compatibilidade e dimensões mínimas exigidas
Área demandante	Solicitar os equipamentos conforme a necessidade das unidades administrativas e comunicar formalmente eventuais irregularidades
Área de TIC	Prestar apoio técnico à fiscalização, especialmente quanto à verificação das especificações técnicas e conformidade dos equipamentos fornecidos
Fornecedor	Cumprir integralmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, neste Termo de Referência e em seus anexos, atendendo às ordens de fornecimento emitidas pela Administração

7.2 Instrumentos de acompanhamento e controle

Instrumento	Finalidade
Ordens de fornecimento	Formalizar as solicitações de aquisição dos equipamentos
Relatórios de fiscalização	Registrar o acompanhamento da execução contratual e eventuais ocorrências
Termos de recebimento	Comprovar a entrega e aceitação dos equipamentos pela Administração

Controle de saldo da ARP	Monitorar os quantitativos registrados e os efetivamente utilizados
Checklists de conformidade técnica	Verificar o atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo requisitos mínimos dos equipamentos

7.3 Gestão de ocorrências e sanções

Situação	Providência
Atraso na entrega	Aplicação das penalidades previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente
Desconformidade dos equipamentos	Substituição dos equipamentos em desacordo com as especificações, sem ônus para a Administração
Inexecução parcial ou total	Adoção das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação
Reincidência de irregularidades	Aplicação das medidas previstas na Lei nº 14.133/2021, podendo ensejar penalidades mais gravosas
Fornecimento em desacordo com especificações técnicas mínimas	Recusa do objeto e obrigatoriedade de substituição pelo fornecedor, sem prejuízo de aplicação de sanções

7.4 Comunicação e registro

Aspecto	Descrição
Comunicação	Será realizada por meios oficiais da Administração, preferencialmente por escrito ou meio eletrônico institucional
Registro	Todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação serão formalmente registradas e documentadas
Transparência	Observância aos princípios da publicidade, transparência e controle administrativo

O modelo de gestão definido possibilita o adequado acompanhamento da Ata de Registro de Preços, a mitigação de riscos, a correção tempestiva de falhas e a garantia do interesse público durante a execução da contratação.

A gestão contratual deverá assegurar que os equipamentos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas, incluindo requisitos de padronização adotados pela Administração.

Eventuais ocorrências, inconformidades ou descumprimentos contratuais serão registrados e tratados nos termos da legislação vigente, assegurados ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8. Do reajuste

Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, não haverá aplicação de reajuste de preços nesse período.

Na hipótese de eventual contratação decorrente da Ata de Registro de Preços que venha a ultrapassar o período de 12 (doze) meses, poderá ser admitido reajuste, mediante solicitação formal do contratado, observada a

periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e mediante aplicação de índice oficial previamente definido no edital ou no instrumento contratual.

O reajuste de preços, quando cabível, será calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Poderá ainda ser solicitado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da legislação aplicável, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem diretamente os custos da contratação.

O reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste contratual, possuindo natureza excepcional e devendo ser devidamente fundamentado e comprovado pelo contratado.

A análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizada pela Administração, mediante apresentação de documentação comprobatória pelo contratado, podendo ser exigidos documentos adicionais que comprovem a efetiva variação dos custos, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e interesse público.

9. Critérios de seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor será realizada por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), observando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de monitores de informática, classificados como bens comuns de tecnologia da informação, amplamente disponíveis no mercado, os critérios de habilitação foram definidos de forma proporcional e suficiente para comprovar a capacidade do fornecedor, vedadas exigências excessivas que possam restringir a competitividade do certame, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

A caracterização do objeto como bem comum fundamenta a adoção da modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

9.1 Critério de julgamento

Critério	Descrição
Tipo	Menor preço
Forma	Menor preço por item
Modo de disputa	Aberto/Fechado
Adjudicação	Por item

9.2 Habilitação

9.2.1 Habilitação jurídica

Os licitantes deverão apresentar:

- I – registro comercial, no caso de empresa individual;
- II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações ou

consolidação;

III – no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;

IV – ato de registro ou autorização para funcionamento, quando exigido por lei.

9.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista

Deverá ser comprovada a regularidade perante:

I – Fazenda Federal, incluindo contribuições previdenciárias e Dívida Ativa da União;

II – Fazenda Estadual;

III – Fazenda Municipal;

IV – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

V – Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar restrições na regularidade fiscal, assegurado o prazo legal para regularização após a fase de julgamento.

9.2.3 Qualificação econômico-financeira

Deverá ser apresentada:

I – certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Considerando a natureza do objeto, não serão exigidos índices contábeis, de forma a preservar a competitividade do certame.

A exigência mostra-se suficiente para aferir a capacidade econômico-financeira mínima do licitante, nos termos da legislação vigente.

9.2.4 Qualificação técnica

Os licitantes deverão comprovar aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento de equipamentos de informática ou de tecnologia da informação similares, compatíveis em características com o objeto da contratação.

Será admitida a soma de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica.

Para fins de comprovação, eventual exigência de quantitativo mínimo ficará limitada a até 50% (cinquenta por cento) da quantidade estimada para o item, nos termos da legislação vigente.

É vedada a exigência de comprovação de experiência exclusiva no setor público.

9.2.5 Declarações

Deverão ser apresentadas, conforme modelos constantes no edital:

I – declaração de cumprimento do disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021;

II – declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

III – declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar e contratar com a Administração;

IV – declaração de elaboração independente de proposta;

V – declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando aplicável.

9.3 Tratamento diferenciado para ME/EPP

Aspecto	Aplicação
Cota reservada	Quantitativo definido no instrumento convocatório, observado o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e a viabilidade da contratação.
Regularização fiscal	Prazo diferenciado conforme LC nº 123/2006
Empate ficto	Aplicável quando couber
Ampla concorrência	Mantida para a cota principal

9.4 Critérios de desempate

Em caso de empate entre propostas, serão observados os critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, bem como o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

9.5 Participação em consórcio

Não será permitida a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns de tecnologia da informação, amplamente disponíveis no mercado e de baixa complexidade técnica, não havendo necessidade de associação entre empresas para sua execução.

A vedação ao consórcio encontra-se justificada pela natureza padronizada e amplamente disponível do objeto.

9.6 Vedação a direcionamento

É vedada a indicação de marcas, modelos ou especificações que restrinjam indevidamente a competitividade, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

Admite-se a indicação de especificações técnicas no Anexo I, desde que acompanhadas da expressão “ou equivalente ou superior”, garantindo a ampla participação de licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa.

As especificações técnicas deverão ser suficientes para garantir a qualidade do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

A adoção dos critérios acima assegura a seleção da proposta mais vantajosa, a ampla competitividade, a transparência do certame e o atendimento ao interesse público.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1.512.608,40

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, considerando valores praticados no mercado e contratações similares de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), os quantitativos e valores apresentados possuem caráter meramente estimativo, não gerando obrigação de contratação da totalidade registrada, sendo as aquisições realizadas conforme a necessidade da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A estimativa de preços contempla a divisão do objeto em cota principal e cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), observando-se o disposto na legislação aplicável.

Estimativa de preços

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Monitor de vídeo LED/LCD, tamanho mínimo de 24 polegadas, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I do Termo de Referência – Cota principal	1.690	R\$ 849,78	R\$ 1.436.128,20
2	Monitor de vídeo LED/LCD, com as mesmas especificações do item 1, conforme Anexo I do Termo de Referência – Cota reservada para ME/EPP	90	R\$ 849,78	R\$ 76.480,20

O valor global estimado da contratação é de:

R\$ 1.512.608,40 (um milhão, quinhentos e doze mil, seiscentos e oito reais e quarenta centavos).

Esse valor serve exclusivamente como referência para fins de planejamento da contratação, julgamento das propostas e análise de vantajosidade.

Os valores estimados não constituem obrigação de contratação, nem limite máximo obrigatório para aceitação de propostas, podendo a Administração negociar condições mais vantajosas, nos termos da legislação vigente.

A memória de cálculo e as fontes utilizadas para formação do preço encontram-se registradas no processo administrativo correspondente, garantindo a rastreabilidade e transparência da estimativa.

Os quantitativos estimados por item, bem como a divisão entre cota principal e cota reservada, encontram-se detalhados no Anexo correspondente deste Termo de Referência.

11. Adequação orçamentária

As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, devidamente consignadas no orçamento vigente e compatíveis com o objeto da contratação, observada, em todos os casos, a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração no momento da formalização de cada contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), não há obrigatoriedade de empenho prévio para a totalidade dos quantitativos estimados, sendo os empenhos realizados de forma parcelada, conforme a efetiva necessidade da Administração e mediante emissão das respectivas ordens de fornecimento.

Cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços somente será formalizada mediante prévia emissão da respectiva nota de empenho, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Inicialmente, a contratação será atendida por dotação orçamentária específica, destinada ao atendimento da primeira aquisição decorrente da Ata de Registro de Preços.

As demais dotações orçamentárias que poderão suportar futuras contratações pelas unidades administrativas encontram-se indicadas neste Termo de Referência e poderão ser formalmente incluídas após a conclusão do procedimento licitatório, por meio de apostilamento, desde que haja prévia disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos da legislação vigente, não caracterizando alteração do objeto contratado, mas apenas adequação da classificação orçamentária.

O apostilamento para inclusão de dotações orçamentárias não implicará modificação das condições originalmente pactuadas, mantendo-se inalterados o objeto, os preços registrados e demais condições da contratação.

11.1 Dotação orçamentária inicial

A contratação será inicialmente atendida pela seguinte dotação orçamentária:

02.04.01.04.126.2045.2029 – 4.4.90.52

Classificação da despesa:

Equipamentos e Material Permanente

11.2 Demais dotações orçamentárias

As demais dotações orçamentárias que poderão suportar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços estão relacionadas a seguir e poderão ser incluídas formalmente por meio de apostilamento, desde que haja prévia disponibilidade orçamentária e financeira, conforme a necessidade da Administração:

02.01.01.04.122.2001.2004 – 4.4.90.52

02.02.01.04.122.2005.2011 – 4.4.90.52

02.03.01.04.123.2007.2013 – 4.4.90.52

02.04.01.04.122.2009.1032 – 4.4.90.52

02.05.01.02.061.2010.2015 – 4.4.90.52

02.06.01.08.245.2011.2019 – 4.4.90.52

02.07.01.04.122.2047.2023 – 4.4.90.52

02.08.01.23.691.2014.2034 – 4.4.90.52

02.09.01.12.365.2015.2036 – 4.4.90.52

02.09.02.12.365.2016.2037 – 4.4.90.52

02.09.03.12.361.2017.2038 – 4.4.90.52

02.10.01.27.812.2026.2053 – 4.4.90.52

02.11.01.15.451.2027.2055 – 4.4.90.52

02.11.04.18.541.2027.2058 – 4.4.90.52

02.12.01.15.452.2032.2060 – 4.4.90.52

02.13.01.04.124.2033.2064 – 4.4.90.52

02.14.01.10.301.2034.2065 – 4.4.90.52

02.15.01.13.392.2039.2073 – 4.4.90.52

02.16.01.06.182.2040.2077 – 4.4.90.52

02.16.03.06.181.2040.2080 – 4.4.90.52

02.16.04.06.181.2040.2081 – 4.4.90.52

05.61.01.17.512.5001.2084 – 4.4.90.52

05.62.01.17.512.5002.2085 – 4.4.90.52

A realização do procedimento licitatório não implica, por si só, na geração de despesa, sendo que cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços estará condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente e à emissão prévia de empenho.

12. Disposições gerais

12.1 Aplicação da legislação

Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na execução da contratação serão dirimidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

12.2 Concordância com as condições da contratação

A participação no procedimento licitatório implica plena ciência e concordância do licitante com todas as condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e em seus anexos, não podendo alegar desconhecimento posterior.

12.3 Conformidade dos equipamentos

Os equipamentos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, especialmente o Anexo I, bem como às normas técnicas aplicáveis e aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente, sob pena de recusa no recebimento.

A Administração poderá recusar o recebimento de equipamentos que não atendam às especificações técnicas exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente.

12.4 Diligências e esclarecimentos

A Administração poderá realizar diligências e solicitar esclarecimentos ou documentos adicionais, inclusive catálogos, manuais técnicos ou comprovações do fabricante, quando necessário, com o objetivo de verificar a conformidade das propostas e dos equipamentos ofertados com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 14.133/2021.

As diligências não poderão implicar inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação vigente.

12.5 Integração dos anexos

Os anexos que acompanham este Termo de Referência constituem parte integrante e indissociável deste documento, para todos os fins e efeitos legais.

12.6 Relação de anexos

Integram o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo I – Especificações Técnicas dos Monitores

Anexo II – Modelo de Ordem de Fornecimento

Anexo III – Quadro de Quantitativos Estimados

Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial

Anexo V - Declaração de Não Enquadramento Bem de Luxo

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO FELIPE MANTOVANI FALAVIGNA

Diretor Departamento T.I.



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:19:43.

MARCOS ROBERTO LEMES

Assistente de Gestão Pública



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 10:20:17.